

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Precatórios saem do limbo

24 JUL 2014

Alvissaras! O Tribunal de Justiça se compromete a liberar nos próximos dias o pagamento de R\$ 520 milhões em precatórios — muitos deles datados da última década do século passado. O valor, embora alto, é pouco mais da metade do que o TJ mantém guardado — quase R\$ 1 bilhão. Outros R\$ 480 milhões continuarão retidos por tempo incerto, no aguardo de revisão, ou porque ainda dependem de acordos entre contribuintes e o governo do estado.

Precatórios são títulos representativos de condenações judiciais que o estado sofreu por não pagar dívidas — fenômeno que não nasceu agora. Que o digam milhares de servidores públicos que há 20, 30 anos moveram ações trabalhistas contra o estado, ganharam na Justiça, mas morreram antes de ver a cor do dinheiro. São seus herdeiros que hoje reclamam o pagamento. Pessoas que tiveram imóveis desapropriados ou fornecedores de bens e serviços que não receberam a devida paga se incluem entre as vítimas que ficaram por muito tempo abanando seus precatórios no limbo da obscuridade. Pois bem: depois de muito enrolar ao longo de sucessivos governos, o estado passou a cumprir a lei que o obriga a reservar uma parte do orçamento para honrar precatórios. De grão em grão, os pagamentos foram sendo entregues ao Tribunal de Justiça (que é o ente final que libera os valores aos credores). Até ontem, os depósitos somavam exatos R\$ 999.500.941,00. Uma fortuna que o TJ aplica em fundos rentáveis enquanto sua burocracia confere cada processo.

Agora, informações confirmadas pela Central de Precatórios do TJ garantem que estão próximos os dias em que vai pagar R\$ 520 milhões, importância que inclui credores preferenciais (sexagenários e portadores de doenças graves). Com isso, espera zerar a maior parte da lista de espera.

Depois desta fornada, o TJ promete liberar outra, de R\$ 198 milhões, referente ao ressarcimento determi-

nado pelo governador Beto Richa após cometer apropriação indébita de depósitos judiciais não tributários, denunciada pela OAB-PR. Nela inscrevem-se credores classificados conforme o valor que têm a receber — do menor para o maior, nessa ordem. Mais complicada é a situação de contribuintes que compraram precatórios de terceiros para com eles saldar dívidas tributárias com o Fisco estadual. São R\$ 280 milhões nessa terceira espécie. Esses inadimplentes firmaram acordos com a Fazenda de ir pagando parceladamente suas dívidas até que o governo calcule com exatidão o valor de seus débitos, para só então aceitar os precatórios como parte (ou o total) da quitação dos tributos. Nesse caso, a demora é do estado.

Se tudo der certo, a economia do Paraná será irrigada em breve com pelo menos R\$ 720 milhões. Parte do valor voltará aos cofres públicos na forma de impostos. No fim, um bom negócio também para as combalidas finanças estaduais.

CONTINUA

24 JUL 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Olho vivo

Tudo ou nada 1

O conselheiro Ivan Bonilha acha que não há nada de errado com a licitação do governo do estado para a implantação do projeto Tudo Aqui – nove unidades de atendimento ao público que uma empresa privada administraria ao custo previsto de R\$ 3 bilhões durante 25 anos (prorrogáveis por mais 25). O Diário Oficial do Tribunal de Contas publicou despacho de Bonilha, que derruba decisão anterior de outro conselheiro, o agora presidente do TC, Artagão de Mattos Leão, que havia determinado a suspensão da concorrência.

Tudo ou nada 2

O processo foi arquivado – o que, em tese, permitiria ao governo retomar o processo de licitação. Mas não é bem assim: com o arquivamento no âmbito do TC, o Tribunal de Justiça pode, agora, julgar a ação popular que a bancada de oposição na Assembleia propôs questionando a legalidade do projeto. Enquanto essa ação não for apreciada, o Tudo Aqui não sairá do lugar.

24 JUL 2014

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Magistratura

Discutir se o subsídio dos magistrados é alto ou baixo é uma pauta como outra qualquer e que, como tal, pode ter lugar no debate democrático. Porém, é necessário que se parta das premissas reais. O "jovem juiz" a que se refere o editorial "Repensar o início de carreira" (**Gazeta**, 21/7) é exceção, já que quase ninguém tem na magistratura sua primeira profissão de fato e pouquíssimos ingressam na carreira antes dos 30 anos.

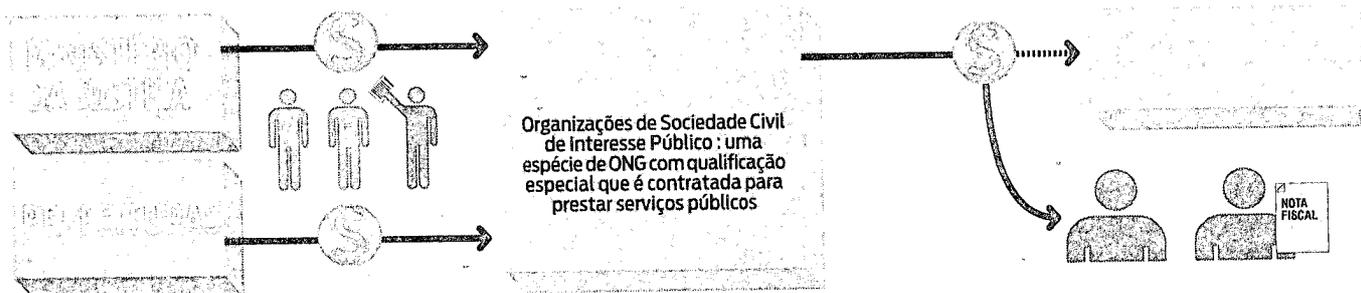
Alexandre van der Broecke

24 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Justiça condena oito por esquema que envolvia programa federal

A investigação da Polícia Federal apontou um esquema envolvendo duas ONGs e 20 prefeituras brasileiras. Veja como funcionava o esquema, de acordo com as autoridades:



1 Contratos A Polícia Federal detectou que as duas Oscips investigadas por suspeita de desvio de dinheiro mantinham contratos com o Ministério da Justiça e com mais de 20 prefeituras.

Uma das formas de contratação era por meio de licitações, que segundo a PF, eram fraudadas porque as três empresas concorrentes pertenciam a pessoas ligadas aos diretores das Oscips. Firmados os contratos, o dinheiro era repassado para que os serviços fossem iniciados pelas Oscips.

2 A fraude Investigação da PF concluiu que, ao invés de aplicar os recursos na prestação dos serviços, o dinheiro repassado foi usado para pagar despesas e salários aos diretores das Oscips. A PF comprovou que o filho do ex-coordenador do Pronasci era funcionário de uma das Oscips e que o salário dele foi pago com dinheiro público.

3 Justificativa de gastos Para desviar o dinheiro repassado pelo Ministério da Justiça e prefeituras, os diretores criaram empresas de consultorias para atestar os serviços supostamente prestados pelas Oscips. A PF tem provas de que esses serviços não foram realizados, apesar do repasse de recursos. Outra forma de burlar a fiscalização sobre os serviços, era apresentar notas frias e falsas para justificar o recebimento do dinheiro público.

CONTINUA

Ex-coordenador nacional do Pronasci, projeto do Ministério da Justiça, e outras sete pessoas teriam desviado R\$ 3,18 milhões por meio de ONGs de Curitiba

Katna Baran

❶ A Justiça Federal do Paraná condenou oito pessoas acusadas de envolvimento em um esquema de desvio de dinheiro público por meio de contratos com Oscips (Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público) envolvendo diversas prefeituras e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). O processo corria desde 2011, quando a Polícia Federal (PF) deflagrou a Operação Dejavu II, que desarticulou o esquema das Oscips, uma modalidade de ONG. Ainda cabem recursos contra a condenação, assinada pelo juiz Sérgio Moro, da 13.ª Vara Federal de Curitiba.

Na sentença, também foi decretada a prisão cautelar dos líderes do esquema: o casal Robert Bedros Ferneznian e Lilian de Oliveira Lisboa — apontados como responsáveis pelas Oscips curitibanas Ibedec (Instituto Brasileiro de Integração e Desenvolvimento Pró-Cidadão) e Adesobras (Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira). Também foi expedida a prisão de Laucir Rissatto, principal parceiro dos dois nas atividades criminosas. Eles foram presos na segunda-feira. Moro

decretou ainda o confisco do patrimônio dos acusados no montante de R\$ 3,18 milhões e a extinção das Oscips.

O ex-coordenador nacional de projetos do Pronasci no Ministério da Justiça, Francisco Narbal Alves Rodrigues, também figura entre os condenados. Conforme a sentença, além de receber depósitos ilícitos da Adesobras, ele possuía parentes contratados na Oscip. Rodrigues foi condenado a cinco anos e onze meses de prisão em regime semiaberto pelos crimes de corrupção passiva e falsidade ideológica, além de pagamento de multa. O programa federal que era coordenado por ele foi criado justamente para combater a criminalidade no Brasil.

Conforme a denúncia, o esquema consistia na contratação das Oscips para prestar serviços públicos, principalmente nas áreas de educação, saúde e segurança. O dinheiro era repassado por prefeituras e pelo Ministério da Justiça, mas os serviços não eram prestados e a verba era usada para pagar despesas e salários dos dirigentes das Oscips.

Juntas, as duas instituições receberam aproximadamente R\$ 100 milhões por meio de contratos envolvendo o Pronasci e pelo menos 20 prefeituras de cinco estados — 13 do Paraná. Conforme apontou a PF na época da operação, R\$ 18,9 milhões foram desviados. Na sentença, Sergio Moro admitiu a prática de desvio de R\$ 9,5 milhões e lavagem de dinheiro, além de fraudes em licitações e associação criminosa entre 2004 e 2011.

Outrolado

Procurados, os advogados de defesa de Lilian de Oliveira Lisboa e Laucir Rissatto afirmaram que já entraram com pedido de habeas corpus para tentar a libertação de seus clientes. Rodrigo Castor de Mattos, que representa Lilian e outras três condenadas, classificou a sentença e a ordem de prisão como “exageradas”. “É um absurdo decretar a prisão preventiva, sendo que o Tribunal já havia garantido o direito de ela responder ao processo em liberdade”, avaliou. Ambas as defesas alegam que vão entrar com recursos contra a condenação. Os defensores de Robert Bedros Ferneznian e dos outros condenados não foram localizados.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONDENADOS

24 JUL 2014

Veja quem são os envolvidos no caso de desvio de recursos públicos por meio do Pronasci, do Ministério da Justiça:

Tiveram a prisão preventiva decretada

➤ **Robert Bedros Fernezlian** – peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, falsidade ideológica, fraude em licitação e associação criminosa (26 anos de prisão)

➤ **Lilian de Oliveira Lisboa** – peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, falsidade ideológica, fraude em licitação e associação criminosa (26 anos e 8 meses de prisão)

➤ **Laucir Rissatto** – peculato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e associação criminosa (13 anos e 8 meses de prisão)

Outros condenados

➤ **Mariana Lisboa Joanides** – peculato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, fraude em licitação e associação criminosa (18 anos e 5 meses de prisão)

➤ **Thaiz Fernezlian** – peculato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e associação criminosa (13 anos e 8 meses de prisão)

➤ **Aristiane Cristine Custódio** – peculato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e associação criminosa (13 anos e 8 meses de prisão)

➤ **Rosângela Maria da Silva Fernezlian** – fraude em licitação (3 anos e 6 meses de prestação de serviços comunitários, além de multa)

➤ **Francisco Narbal Alves Rodrigues** – corrupção passiva e falsidade ideológica (5 anos e 11 meses de prisão)

ENTENDA O CASO

Investigações da PF começaram em 2009

Em abril de 2011, a Polícia Federal (PF) do Paraná desarticulou um esquema de desvio de dinheiro público por meio de contratos com as Oscips (Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público) Adesobras e a Ibidec – as duas com sede em Curitiba – envolvendo prefeituras e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). A PF cumpriu 16 mandados de prisão, entre eles do libanês Robert Bedros Fernezlian e Lilian de Oliveira Lisboa, responsáveis pelas Oscips. A investigação começou em 2009, quando o Ministério da Justiça encaminhou um me-

morando à PF em que relatava denúncia sobre malversação de recursos públicos por parte da Adesobras no contrato para implantação do Pronasci no Paraná. A PF descobriu que a Ibidec foi aberta em fevereiro de 2000 e era conduzida por Lilian, mas a Oscip teve problemas com a Justiça por causa de supostas irregularidades em contratos com prefeituras da Região Oeste do Paraná. Diante disso, foi fundada a Adesobras em 2003, cujo diretor presidente era Fernezlian. De acordo com a PF, para desviar o dinheiro dos contratos, os diretores das Oscips teriam criado empresas de consultorias para atestar os serviços supostamente prestados.

Apesar do repasse de recursos, esses serviços não foram realizados e as empresas foram abertas em nome de parentes e pessoas próximas aos diretores das Oscips. Outra forma de burlar a fiscalização seria a apresentação de notas frias e falsas dessas consultorias para justificar o recebimento do dinheiro público. (KB)

GAZETA DO POVO

» ARAUPEL

Sem acordo, MST segue em área ocupada

Luiz Carlos da Cruz,
correspondente em Cascavel

24 JUL 2014

Terminou ontem sem acordo a reunião que tentava uma solução para o conflito agrário em Rio Bonito do Iguaçu, Centro-Sul, após a invasão na semana passada de uma nova área da Araupel. Representantes dos governos federal, estadual se reuniram com o MST e a direção da empresa para tentar uma solução, mas não houve avanços. A Polícia Militar também participou do encontro. O MST manteve a proposta de permanecer na área enquanto a Justiça não julga uma ação impetrada pelo Incra que pede a nulidade dos títulos de posse da Araupel. A empresa não aceitou a proposta e uma nova reunião foi marcada para a próxima semana. A mesma proposta já havia sido rejeitada no início da semana.

Uma comunidade no Facebook denominada "Sou a favor da Araupel", que reúne quase 10 mil participantes e que em maio convocou pela rede social uma manifestação em Quedas do Iguaçu, defendeu um novo protesto. Alguns internautas sugeriram fechar a BR-277, em Nova Laranjeiras.

Na última segunda-feira, a reportagem da *Gazeta do Povo* esteve no acampamento do MST onde 2,5 mil famílias trabalham na estruturação dos barracos. Os sem-terra deixaram claro que vão cobrar do governo federal a desapropriação dos mais de 30 mil hectares. Outra reunião deveria ter ocorrido ontem no Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Brasília, mas acabou cancelada devido ao encontro em Laranjeiras do Sul.

Justiça manda intimar Eduardo Campos para depor na Lava Jato

A Justiça Federal do Paraná acolheu pedido da defesa do ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, alvo da Operação Lava Jato, e mandou intimar o candidato à Presidência Eduardo Campos (PSB) para depor no processo sobre lavagem de dinheiro supostamente desviado das obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. A decisão é do juiz federal Sérgio Moro, que advertiu sobre o risco da demora na localização das testemunhas.

Moro destacou, porém, que será "muito difícil" o depoimento de Campos em função do período de campanha eleitoral. O juiz destacou ainda que os esclarecimentos pretendidos pela defesa poderiam ser obtidos de outra forma, "com testemunha de mais fácil inquirição".

24 JUL 2014

GAZETA DO POVO

➔ SUSPEITA

MP investiga uso de verba pública com cavalos de Requião

Joana Neitsch

O Ministério Público do Paraná (MP) deu início a um procedimento preparatório para apurar supostas irregularidades no uso de dinheiro público no tratamento de cavalos do senador Roberto Requião, no período em que ele foi governador do Paraná (de 2003 a 2010), conforme divulgou o Diário Oficial da última segunda-feira. A Polícia Militar (PM) do Paraná também já conduz uma investigação para verificar o uso de seus recursos e estrutura para tratar os cavalos do então governador.

A promotora responsável pelo assunto, Cláudia Cristina Martins Madalozo, não quis comentar o caso. De acordo com a assessoria do Ministério Público, o procedimento preparatório tem como objetivo levantar dados sobre o caso para verificar se há elementos suficientes para a abertura de uma ação.

A iniciativa do MP surgiu a partir de notícias publicadas na imprensa sobre as suspeitas de irregularidades. Esse trâmite é independente do inquérito da PM. Mas, segundo a assessoria do MP, informações que constam no inquérito da Polícia Militar podem ser utilizadas se uma ação for aberta pelo Ministério Público.

Entenda o caso

Em abril deste ano, uma solicitação de informação do ex-deputado estadual

José Domingos Scarpellini (atualmente no PSB) sobre os cuidados com os cavalos de Requião levou a PM a fazer diligências no regimento de Polícia Montada e no Centro Veterinário, localizados no bairro do Tarumã, em Curitiba. Documentos foram apreendidos para verificar a origem e a utilização dos animais.

A reportagem da *Gazeta do Povo* teve acesso a arquivos do regimento de Polícia Montada. Nos oito anos em que Requião esteve no Palácio Iguazu, 88 cavalos dele teriam recebido cuidados no regimento. A Polícia Militar estima que o custo mensal dos cuidados de cada animal tenha custado entre R\$ 1 mil e R\$ 1.500. Cálculos não oficiais apontam que podem ter sido gastos até R\$ 5 milhões com os cavalos de Requião.

OUTROLADO

Defesa do senador diz que animais eram usados por policiais

O advogado do senador Roberto Requião admite que cavalos do então governador foram abrigados e tratados no regimento da Polícia Montada, mas diz que não há nada de ilícito nisso porque os animais eram utilizados no policiamento. "Não existe nenhuma ilegalidade. Não existe comprometimento de dinheiro público em patrimônio privado. A totalidade dos cavalos era cedida ao governo", argumentou Luiz Fernando Delazari. Ele também afirmou que o número de cavalos seria muito inferior a 88, mas não soube afirmar quantos foram no total.

Delazari disse que conversou com o comandante do regimento e foi informado de que praticamente todos os animais que estão lá são cedidos por particulares. "Em toda a história foi feita uma única licitação de compra de cavalos. E foi Requião quem fez", acrescentou.

Sobre afirmações de um PM de que havia orientação específica para cuidados com os cavalos do governador, Delazari disse que se tratam de "fofoca e intriga de véspera de campanha". (JN)

24 JUL 2014

GAZETA DO POVO

» FLAGRANTE

Crianças foram amarradas em creche de Curitiba

Vinte crianças com idades entre 2 e 3 anos estavam presas em cadeiras. Diretora alegou que era para que elas não se machucassem

Diego Ribeiro, Rodrigo Batista
e Luan Galani

Funcionários da Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba flagraram na manhã de ontem, em uma escola particular de educação infantil, no bairro Uberaba, cerca de 20 crianças entre 2 e 3 anos amarradas às cadeiras com um lençol. O nome e o endereço do estabelecimento não foram divulgados pela prefeitura, Vigilância Sanitária e nem pelo Conselho Tutelar.

Via assessoria de imprensa, a Vigilância Sanitária

informou que fez registros em vídeo da situação e acionou imediatamente o Conselho Tutelar. A prefeitura explica que os fiscais faziam uma inspeção de rotina. Segundo a conselheira tutelar Maria Terezinha Giovanella, só a diretora do estabelecimento e a cozinheira trabalhavam no local quando o Conselho chegou. “Ela disse que fez isso para não se machucarem”, explicou.

Dez minutos

De acordo com Maria Terezinha, a diretora alegou que ia sair por dez minutos para comprar um cartão de telefone. A linha telefônica do estabelecimento estaria com problemas técnicos. “Vamos tomar todas as medidas necessárias. Não há argumento algum para a atitude que a creche tomou”, disse a conselheira.

O Conselho Tutelar ligou para todos os pais, que buscaram os filhos. Maria Terezinha informou que as crianças não estavam ma-

chucadas. “Agora vamos à busca de vagas para essas crianças [em outras creches]”, frisa. Os pais, segundo relatou o Conselho, pagam R\$ 550 por mês para manter os filhos na creche e não quiseram se pronunciar sobre o ocorrido.

Investigação

Procurada pela reportagem, a delegada do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (Nucria) Sabrina Alexandrino informou que ainda não recebeu qualquer informação sobre o que foi constatado na creche. Ela diz que é importante que os pais e responsáveis pelas crianças compareçam ao Nucria para prestar queixa e, dessa forma, uma investigação possa ser aberta sobre o caso.

A partir de hoje, o Conselho garantiu que vai acionar o Ministério Público do Paraná e a polícia, para que uma investigação formal possa ser instaurada.

24 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Obituário

**Alfredo Augusto
Malucelli**, 82 anos.
Profissão: juiz de di-
reito. Filiação:
Marcos Triaquim
Malucelli e Thereza
de Oliveira Malucelli.
Sepultamento ontem.

24 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz libera

acusados de

violência em

protestos

Decisão atinge os 23 ativistas que tiveram prisão decretada no Rio, incluindo foragidos

Clarissa Thomé
Felipe Werneck | RIO

O desembargador Siro Darlan, da 7.^a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio, concedeu ontem habeas corpus para os 23 ativistas denunciados pelo Ministério Público Estadual sob acusação de associação criminosa. Para Darlan, as ordens de prisão preventiva expedidas na sexta-feira pelo juiz Flávio Itabaiana, da 27.^a Vara Criminal, não estavam amparadas em requisitos legais.

A defesa havia alegado que a liberdade dos militantes “não causa qualquer risco ou perigo à sociedade” e Itabaiana “não individualizou as condutas” ao determinar as prisões, que foram consideradas “carentes de fundamentação idônea”. Dos 23 ativistas, 18 eram considerados foragidos e 5 permaneciam no presídio de Bangu até ontem, incluindo Elisa Sanzi, a Sininho.

Dos detidos, só Caio Silva e Fábio Raposo continuarão presos porque também são acusados de ter acendido o rojão que matou o cinegrafista Santiago Andrade, em ato em fevereiro.

Os ativistas liberados não vão poder deixar o Rio sem autorização judicial, têm de entregar passaporte e comparecer uma vez por mês em juízo para justificar suas atividades. Ao determinar as prisões, Itabaiana afir-

mará que a “periculosidade” dos acusados “é evidenciada por atos de violência em manifestações” e “põe em risco a ordem pública”. Na semana passada, Darlan já havia revertido 17 prisões temporárias expedidas por Itabaiana contra ativistas detidos na véspera da final da Copa do Mundo.

As prisões de manifestantes foram repudiadas por entidades como OAB-RJ, Anistia Internacional e Justiça Global. O desembargador publicou a íntegra da decisão em seu blog, em post intitulado “O pensamento parece uma coisa à toa, mas como é que a gente voa quando começa a pensar. Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”, trechos da música *Felicidade*, de Lupicínio Rodrigues, e do samba da Imperatriz Leopoldinense de 1989.

Grampo. Conversas telefônicas de pelo menos cinco advogados que atuam na defesa de ativistas no Rio foram monitoradas pela Polícia Civil no inquérito que fundamentou a denúncia do Ministério Público contra os 23 manifestantes. Thiago Melo, um dos advogados grampeados, é assessor parlamentar do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) desde 2007.

Coordenador do Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), que presta assessoria jurídica gratuita a ativistas e

também atua em casos de violência policial no Rio, Melo afirmou que é prerrogativa profissional do advogado ter sigilo na comunicação com seus assistidos. “Violar esse princípio é violentar a democracia.”

Em nota, a Polícia Civil informou apenas que as escutas telefônicas do inquérito foram realizadas com autorização da Justiça e a investigação policial foi concluída. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio reagiu. Em nota, a entidade informou que o sigilo telefônico entre advogados e clientes é inviolável pelo Estatuto da Advocacia e “existe no processo democrático para salvaguardar as garantias constitucionais”.

24 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça condena ex-chefe do Pronasci do governo Lula

Investigação apontou ligação de Francisco Narbal Alves Rodrigues com esquema de lavagem de dinheiro no programa

Fausto Macedo

A Justiça Federal no Paraná condenou por corrupção e falsidade ideológica Francisco Narbal Alves Rodrigues, ex-coordenador do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) no governo Luiz Inácio Lula da Silva. A pena imposta a Rodrigues foi de 5 anos e 11 meses de reclusão em regime inicial semiaberto.

O Pronasci é o mais importante programa do governo federal na área de segurança pública. Militante do PT no Rio Grande do Sul, Rodrigues ocupou o cargo estratégico na gestão do então ministro da Justiça Tarso Genro, hoje governador gaúcho.

Em abril de 2011, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União executaram a Operação Déjà Vu 2, que apontou desvio e apropriação de recursos públicos no montante de R\$ 9,5 milhões por meio de parcerias do Pronasci com entidades classificadas como Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público).

Conforme a denúncia do Ministério Público Federal, o dinheiro da corrupção foi lavado entre 2004 e 2011 com a aquisição de bens móveis e imóveis. A Justiça decretou o confisco de patrimônio no montante de R\$ 3,1 milhões. Já em agosto de 2012, o Ministério da Justiça concluiu procedimento disciplinar que resultou na demissão de Rodrigues do cargo em comissão no Pronasci. Segundo a acusação, a pedido de Rodrigues “as Oscips empregaram seus parentes e realizaram depósitos sem causa lícita na conta corrente do agente

público”. Ao todo, a Justiça condenou oito acusados e absolveu cinco. As Oscips foram extintas.

Foram ouvidas 57 testemunhas presenciais em Curitiba, 29 por videoconferência e 26 por carta precatória, inclusive deputados e prefeitos. A defesa de um réu pediu depoimento de Tarso Genro, mas a Justiça rejeitou sob argumento de que o então ministro “não tinha contato ou conhecimento da execução financeira e da prestação de contas específicas das Oscips”.

‘Aspecto político’. O ex-secretário executivo do Ministério, Teles Barreto, declarou no processo que “Tarso acompanhava o dia a dia do Pronasci mais no aspecto político do projeto”.

O juiz federal Sérgio Moro destacou a “culpabilidade exacerbada (de Rodrigues) pois o condenado não era só servidor público, mas coordenador nacional de projetos do Pronasci, agente graduado do Ministério da Justiça”. “Reprovável que agente do próprio Ministério da Justiça, órgão

encarregado da administração da Justiça, corrompa-se ou pratique fraudes, comprometendo a integridade da Justiça.”

Rodrigues não foi localizado pela reportagem. Na ação, a defesa pediu sua absolvição e argumentou que a escuta telefônica “é inválida” porque foi baseada “exclusivamente em denúncia anônima” e não havia “indícios de autoria e materialidade”. A defesa alegou que depósitos na conta de Rodrigues visavam a montagem de uma Oscip. Disse que ele não era servidor público federal na época da contratação de seus filhos pelas organizações e que esse procedimento não configura corrupção.



Punição. Francisco Narbal Alves Rodrigues, condenado a 5 anos e 11 meses de reclusão por corrupção e falsidade ideológica

24 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Promotor paulista rebate ex-mulher e alega inocência

Justiça aceita denúncia contra presos em SP

Luiz Fernando Toledo
Rafael Italiani

A Justiça de São Paulo aceitou a denúncia do Ministério Público contra o professor Rafael Lusvarghi, de 29 anos, e o técnico laboratorial Fábio Hideki Harano, de 27 anos, presos no dia 23 de junho pelo Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) e acusados de fazer parte da tática Black Bloc. Eles foram detidos após o encerramento de um ato pacífico contra a Copa do Mundo.

Também foi aceita a denúncia contra o motorista de lotação João Antônio Alves Roza, de 46 anos, filmado no dia 19 de junho por uma emissora depreendendo uma loja da Mercedes-Benz em Pinheiros, na zona oeste, após o encerramento de um ato convocado pelo Movimento Passe Livre. Em conjunto, os ativistas vão responder por incitação ao crime, associação criminosa, resistência, desobediência e porte de arma de fogo.

Defesa. Segundo Renato Pinco-vai, advogado de Harano, a defesa não foi notificada da decisão. No entanto, ele ressalta que o técnico laboratorial terá chance de se defender perante o juiz. "Vai poder se explicar para a Justiça. Até agora, ele só deu explicações para a Polícia Civil", disse. No pedido de habeas corpus negado, os advogados de Harano ainda questionam as provas contra ele. O Estado não conseguiu encontrar os advogados de Lusvarghi e Roza.

Ele teve sigilo financeiro quebrado por suspeita de receber propina; segundo Lisboa, cantora gospel se retratou ao fim de divórcio

Bruno Ribeiro
Luciano Bottini Filho

O promotor de Justiça Roberto Senise Lisboa, que teve o sigilo financeiro quebrado por ordem da Justiça após suspeita de recebimento de propina, divulgou uma nota ontem em que rebate as acusações, que partiram da ex-mulher. Ele disse que as alegações da cantora gospel Priscila Senise Lisboa são "totalmente inverídicas".

O promotor disse que sua ex-mulher se retratou formalmente das acusações feitas contra ele quando o processo de divórcio chegou ao fim, "inclusive aquelas que ainda se acham sob a investigação da douta Procuradoria-Geral de Justiça".

"Fui parte em processo de divórcio litigioso e, no calor do embate havido com minha ex-esposa, fui alvo de várias acusações, totalmente inverídicas, formuladas em vários órgãos públicos. Quase todos os processos foram arquivados", disse o promotor na nota, enviada

por intermédio da assessoria de imprensa do Ministério Público Estadual, onde continua trabalhando. "Tão logo tomei conhecimento da existência desses procedimentos, imediatamente coloquei espontaneamente à disposição da investigação todas as movimentações de minhas contas", afirmou.

A nota diz que um dos procedimentos citados nas denúncias da ex-mulher não foi concluído e um inquérito seguirá para a Justiça nos próximos dias.

As instituições citadas por Priscila também se manifestaram. Segundo a decisão da quebra do sigilo de Lisboa, o promotor teria recebido propina da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e uma bolsa de estudos. A entidade negou as informações. Mas confirmou que Priscila foi beneficiária de uma bolsa de estudos parcial entre 2010 e 2013.

Outra citada, a Casas Bahia, também apontada como pagadora de propina para obter acordo, afirmou que tem diversos acordos assinados com o MPE, mas desconhece as alegações publicadas na reportagem. A Igreja Renascer, citada por ter feito acerto para distribuir um CD de música gospel produzido pelo promotor, não respondeu aos e-mails da reportagem.

SÔNIA RACY

De olho...

Em meio à queda de braço no STF por causa das perdas na correção da poupança com os planos econômicos, os consumidores ganham reforço.

Acaba de ser criada a Frente Brasileira pelos Poupadores - reunindo Idec, Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos e SOS Consumidores, entre outros.

...no cofre

Promete fazer barulho. Seus integrantes promovem série de manifestações nas capitais, em agosto, e acampam em frente ao Supremo até que as ações que discutem o tema voltem à pauta.

24 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Juiz do Paraná condena ex-chefe do Pronasci

**Sentença ainda determina a
extinção de duas Oscips
contratadas por diversos
municípios do Estado**

Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - A Justiça Federal no Paraná condenou por peculato e corrupção dirigentes de Oscips e o ex-coordenador nacional do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), do Ministério da Justiça, Francisco Narbal Alves Rodrigues. Segundo a sentença da Justiça Federal foi comprovado crime de corrupção envolvendo Rodrigues, militante do PT no Rio Grande do Sul que ocupava na época dos fatos o cargo de coordenador nacional de Projetos do Pronasci no Ministério da Justiça. Ele pegou 5 anos e 11 meses de reclusão em regime inicial semiaberto.

Segundo a sentença, a pedido de Rodrigues "as Oscips empregaram seus parentes e realizaram depósitos sem causa lícita na conta corrente do agente público". As penas aplicadas para os outros acusados variaram entre mínimo de três anos e seis meses de prestação de serviços comunitários e máximo de 22 e 7 meses de reclusão.

A denúncia do Ministério Público Federal, amparada em investigação da Polícia Federal e da Controladoria-

**Valores desviados
entre 2004 e 2011
chegam a R\$ 9,5 milhões**

Geral da União (CGU), revela que os crimes foram praticados por dirigentes e associados do Instituto Brasileiro de Integração e Desenvolvimento Pró-Cidadão e da Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira (Adesobrás), contratadas pelo Ministério da Justiça e por diversos municípios do Paraná para prestação de serviços públicos em termos de parceria.

Segundo o processo, foi comprovada a prática de desvio e de apropriação de recursos públicos no montante de R\$ 9,5 milhões e de lavagem desse valor entre 2004 e 2011. A investigação mostra que também houve crimes de fraude de documentos, fraudes em licitações e associação criminosa.

A condenação foi imposta pela 13ª Vara Federal de Curitiba. Oito acusados foram condenados e cinco foram absolvidos. Por intervenção judicial, as Oscips foram extintas. Na sentença, foi decretada a prisão cautelar dos principais responsáveis pelos crimes, Robert Bedros Fernelian, Lilian de Oliveira Lisboa e Laucir Rissatto e o confisco de patrimônio sequestrado no montante de R\$ 3,1 milhões.

24 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Sistema não vai receber presos por uma semana

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba – Após reunião na noite de terça-feira com representantes do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen), a Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) prometeu que o sistema penitenciário de Curitiba e região metropolitana não receberá presos por uma semana. Após este prazo, ficou decidido que serão encaminhados 20 presos das delegacias por dia para o sistema penitenciário, enquanto outros 35 por dia devem sair dos presídios através de alvará de soltura, regime semiaberto e liberdade condicional.

A reunião foi motivada em função das 16 rebeliões que ocorreram nos presídios do Estado desde dezembro de 2013. O Sindarspen aponta que as rebeliões ocorreram por conta da superlotação.

A Seju ainda prometeu que serão adotadas providências junto ao Poder Judiciário, propondo que os juízes das Varas de Execução Penal analisem e julguem os 925 pedidos de presos que já cumpriam requisitos objetivos para a progressão do regime.

Ontem também foi realizado um pregão eletrônico para a contratação de 5 mil tornozeleiras eletrônicas que também devem ajudar a diminuir o número de presos nos presídios.

Segundo o presidente do Sindarspen, Antony Johnson, a categoria também quer discutir o plano de carreira, o que foi aceito pela Seju.

INFORME FOLHA

855 candidaturas aprovadas

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) deferiu 855 candidaturas no Paraná até ontem. O número representa 72,5% dos 1.178 pedidos de registros de postulantes ao governo do Estado, vice, senador e suplentes, deputados federais e estaduais. Segundo a assessoria de comunicação do TRE, os juízes começaram a julgar as candidaturas que não foram impugnadas. As 27 candidaturas com pedidos de impugnação serão analisadas em breve, após a notificação e defesa dos candidatos. O prazo para o julgamento de todas as candidaturas pelo TRE é 21 de agosto.

24 JUL 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Eleições 2014: aumenta participação das mulheres na política brasileira

O aumento da participação feminina na política brasileira é uma causa defendida e incentivada pela Justiça Eleitoral

O número de mulheres em disputa por algum cargo nas Eleições Gerais deste ano é 46,5% maior do que no último pleito, em 2010. Até as 14h desta terça-feira (22), os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostravam que no universo de quase 25 mil candidatos em todo o Brasil, 7.407 são do sexo feminino, representando 29,73% do total de concorrentes em 2014. Na Eleição de 2010, eram 5.056 candidatas (22,43%). É importante destacar que os dados do Sistema de Divulgação de Candidaturas (DivulgaCand 2014) estão sujeitos à atualização, sendo que eventuais números podem apresentar alterações em futuras consultas.

A disputa para deputado federal e estadual registrou o maior número de mulheres candidatas: juntos os postos somaram 7.237 candidaturas, 2.404 a mais do que em 2010. Nas eleições deste ano, 2.057 mulheres (30,45%) irão concorrer nas vagas abertas ao cargo de deputado federal. Nos estados, o número também é expressivo, com 4.880 candidaturas femininas (30,04%) que disputarão as vagas nas assembleias legislativas. Em ambos os casos observa-se um crescimento de cerca de 50% de candidaturas femininas em 2014, na comparação com as Eleições Gerais de 2010. Para o cargo de deputado distrital, serão 300 mulheres na disputa em 2014 (29,91%). Em 2010, 224 mulheres concorreram ao cargo (25,33%).

Já na disputa por uma vaga ao Senado Federal, a situação será diferente neste ano. A renovação será de um terço das 81 cadeiras. Em 2010, dois terços da Casa foram renovados. Apesar de o número total de candidaturas ter sido superior naquele ano, com 272 contra os 181 registrados em 2014, o número de candidatas mulheres se manteve praticamente estável: em 2010, foram 36 candidatas e, neste ano, 35 concorrem no pleito.

24 JUL 2014

BEM PARANÁ

TRE aceita todos os registros julgados

Em dois dias de julgamento, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) aceitou 70% dos registros de candidatos às eleições deste ano no Paraná. Os 1191 registros começaram a ser julgados na terça-feira e 855 candidatos foram deferidos até agora. Somente ontem, o TRE liberou 475 candidatos. O período regimental para julgamento de todos os registros é até 21 de agosto, mas a próxima Sessão está marcada para segunda-feira (28) e deve concluir a trâmite. Entre os candidatos estão os 27 que tiveram pedidos de impugnação feitos por adversários ou pelo Ministério Público Federal, dos quais 14 são por enquadramento na Lei da Ficha Limpa.

No Paraná, serão julgados oito registros dos candidatos ao governo e vice; oito ao Senado, 16 suplentes; 315 candidatos para deputado federal e 796 para deputado estadual. Em todo o país, 194 candidatos foram considerados inaptos e tiveram o registro negado até agora. O cargo com mais tem candidatos inaptos é deputado estadual (105), seguido por deputado federal (65). Dos 11 pedidos de registro para concorrer à Presidência da República nenhum foi julgado pelo TSE, devido ao recesso na corte.

A informação faz parte do balanço parcial divulgado ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com base no sistema de candidaturas da Justiça Eleitoral, que recebeu 24,9 mil pedidos de registro em todo o país para os cargos de deputado federal, estadual e distrital, senador, governador e presidente da República. A entrega do registro não garante a participação do político nas eleições. Após parecer do Ministério Público Eleitoral, os pedidos são julgados por um juiz eleitoral, que verifica se as formalidades foram cumpridas.

24 JUL 2014

BEMPARANÁ

Propaganda antecipada

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE/PR) rejeitou ontem recurso do Ministério Público Eleitoral contra decisão de juiz auxiliar que não reconheceu a prática de propaganda eleitoral antecipada pelo apresentador de TV e deputado estadual Roberto Aciolli (PV) — candidato à reeleição — e pela Rede CNT. Para o relator do caso, Humberto Gonçalves Brito, “o pretense candidato pode divulgar seus atos parlamentares, expor projetos e plataformas políticos, e o único cuidado é não pedir voto. E esse é o caso dos autos”.

Mais apto

O relator arremata ainda que “não caracterizada a prática de propaganda eleitoral antecipada quando o representado, em nenhum momento de sua declaração no programa televisivo no qual é apresentador, pediu votos para quem quer que seja ou fez alusão ao processo eleitoral que se aproxima, ainda que de forma subliminar”. O Ministério Público Eleitoral afirmou na denúncia que o apresentador, no dia 28 de janeiro, no programa *190 Urgente* da Rede CNT, teria veiculado matérias divulgando os seus atos parlamentares e futuras realizações, “levando ao público a mensagem de que se considera o mais apto ao exercício da função pública”.

Bem público

O TRE também rejeitou recurso contra decisão do juízo da 127ª Zona Eleitoral - Cidade Gaúcha que condenou a Coligação “Nova Olímpia para Todos” e Paulo Jobel Bezerra de Araújo, então prefeito de Nova Olímpia e candidato à reeleição, ao pagamento de multa de 6 mil reais por propaganda eleitoral em bem públicos e publicidade institucional em bem público. Para o relator, Kennedy Josué Greca de Mattos, “a exposição do novo caminhão de lixo na praça central da cidade por uma semana, nas vésperas das eleições, com divulgação desse fato no site do facebook da coligação, demonstram o nítido proveito eleitoreiro do ato administrativo, o que caracteriza a prática de propaganda eleitoral em bem público e propaganda institucional em período proibido.

Projeto do registro eletrônico de imóveis avança para etapa final

[23-07-2014]

Os cartórios de registro de imóveis do Paraná já estão aptos a receber o projeto de registro imobiliário eletrônico, cuja implantação caminha a passos largos em todo o País. Para se tornar uma realidade, o projeto precisa passar por mais dois importantes pontos: o primeiro é a regulamentação de seu funcionamento, que já está sendo realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR), com a publicação, na última semana, do esboço regimental para normatizar o novo procedimento.

Outro ponto é a criação do Sistema Nacional de Gestão e Informações Territoriais (Sinter), sobre o qual o Paraná participou ativamente do debate sobre sua instituição. O estado é um dos mais avançados para o início das operações eletrônicas.

“A maioria dos cartórios paranaenses já está preparada para o início dos trabalhos eletrônicos. Acredito que cerca de 90% dos cartórios do estado estão prontos para receber o novo sistema que valerá para todo o Brasil”, pontua o diretor de registro de imóveis da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), João Carlos Kloster.

O presidente do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib), Ricardo Coelho, explica que, após a regulamentação, o projeto de registro eletrônico para os cartórios de registro de imóveis proporcionará crescimento ao país, transformando a forma como a sociedade brasileira lida com suas informações.

“Haverá várias centrais operando sobre a mesma plataforma eletrônica. As centrais serão todas interligadas, conversando entre si e proporcionando esse grande avanço que é o de conectar as informações de 3.600 cartórios de registro de imóveis de todo o país”, afirma Coelho.

CONTINUA

23 JUL 2014

CONTINUAÇÃO

O presidente do Irib também corrobora o desenvolvimento tecnológico avançado no qual se encontra o estado paranaense. “O Paraná conta com uma central própria, que, por sinal, é uma das melhores do Brasil”, ressalta.

Com o sistema eletrônico nos cartórios de registro de imóveis, se uma pessoa em Curitiba precisar de uma certidão que está no interior do estado, por exemplo, não será preciso se deslocar até lá. “Entre os principais benefícios diretos da digitalização do registro imobiliário estão: a maior agilidade para a população e para os profissionais da área e a facilidade e segurança no trato documental oferecido pelo sistema eletrônico”, pontua João Carlos Kloster, que também ocupa o cargo de diretor do Irib para a implantação do registro eletrônico.